



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E AS CONQUISTAS DOS MORADORES DE UM BAIRRO PERIFÉRICO POBRE: O CASO DO NOSSA SENHORA APARECIDA

Francisco dos Santos Carvalho *48
(UESB)

RESUMO

Desenvolver uma incursão com fundamento nas categorias espaço-tempo contribui para compreensão de que não se pode separar presente do passado. A articulação entre as categorias espaço e tempo é muito valiosa para um correto entendimento da produção do espaço urbano de um bairro, especialmente, dos bairros periféricos pobres. Este trabalho contém o resultado de um Estudo de Caso que teve como objetivo principal descrever as conquistas dos moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida via Orçamento participativo (OP), implantado, em 1997, na cidade de Vitória da Conquista, terceira mais importante cidade do Estado da Bahia. Em relação aos objetivos específicos, a investigação buscou resgatar a memória alusiva ao surgimento do OP na cidade de Vitória da Conquista, descrever a estrutura de funcionamento deste e identificar as principais conquistas dos moradores alcançadas no OP. Para tanto, procedeu-se a uma investigação com a participação de moradores do bairro, representantes do poder público municipal e especialistas em políticas públicas. Ao final da investigação, pôde-se constatar a presença de debilidades estruturais no processo participação dos moradores do Bairro NSA no OP. As políticas públicas implementadas no bairro não geraram transformações significativas na infraestrutura daquele espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Bairro popular. Orçamento participativo. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A intensificação da participação social é uma bandeira de luta defendida por diversos movimentos sociais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 formalizou

*Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Doutor pela Universitat de Barcelona. Professor e Analista Universitário da UESB. Membro do Colegiado de Administração. Integrante do Grupo de Pesquisa em Administração Política do Desenvolvimento. Email: franciscoscarvalho@uesb.edu.br



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

a possibilidade de participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nos âmbitos federal, estadual e local. Esse acontecimento resultou em debates sobre alternativas metodologias que poderiam ser utilizadas para promover a inclusão dos cidadãos nas etapas que compõem o ciclo de políticas públicas.

Passaram-se 27 anos da promulgação daquela Constituição e algumas metodologias foram implantadas na gestão pública brasileira. Entre avanços e retrocessos, é pertinente aprofundar estudos no sentido de compreender melhor o envolvimento da sociedade civil na gestão do orçamento público.

Resultante de avanços no texto a Constituição Federal de 1988, o Orçamento Participativo (OP) é um dos instrumentos de gestão que tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores que buscam resposta para a seguinte questão de pesquisa: Será que o OP tem gerado envolvimento da sociedade civil nas etapas de formulação, execução, controle e avaliação das políticas públicas e gerado transformações significativas em um bairro, em alguns bairros ou no conjunto total de espaços urbanos e rurais de uma cidade, mediante participação cidadã ativa e qualificada no controle do orçamento municipal?

Para encontrar elementos que contribuam de algum modo para responder parcialmente a citada questão de pesquisa, foi necessário resgatar um pouco da história da implantação de orçamentos participativos em algumas cidades brasileiras e descrever a trajetória das políticas públicas implementadas em um bairro periférico pobre, depois do processo de implantação do OP. Nessa perspectiva, este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa que teve como objetivo principal descrever as conquistas dos moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida via OP, implantado, em 1997, na cidade de Vitória da Conquista, terceira mais importante cidade do Estado da Bahia.

Em relação aos objetivos específicos, a investigação buscou resgatar a memória alusiva à implantação do OP na cidade de Vitória da Conquista, descrever a estrutura de funcionamento deste e identificar as principais conquistas dos



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

moradores alcançadas no OP. Para tanto, procedeu-se a uma investigação com a participação de moradores do bairro, representantes do poder público municipal e especialistas em políticas públicas.

Na fase inicial da investigação, havia uma suposição de que o modelo de OP implantado em Vitória da Conquista não possuía uma operacionalização capaz de gerar as transformações almejadas por moradores do bairro que foi objeto de investigação neste Estudo de Caso.

Além desta seção introdutória, este texto está composto por outras seções, a saber: o referencial teórico sobre o tema investigado, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988; a metodologia, composta pelos procedimentos e passos que direcionaram as etapas utilizadas no estudo de caso; a descrição da estrutura de funcionamento e acompanhamento das ações do OP; a trajetória das políticas públicas e conquistas dos moradores via OP; e, por fim, esta publicação contém a conclusão da investigação.

a constituição federal de 1988 e o op no brasil: um resgate histórico

A ampliação da participação da sociedade civil na esfera pública no Brasil, na década de 1970, foi influenciada por diversos fatores, entre eles: aumento do número de associações civis, em especial das comunitárias; reavaliação, por parte de segmentos da sociedade, da ideia de direitos; defesa da autonomia organizacional em relação ao Estado; busca de estabelecimento de espaços de participação, mediante os quais a sociedade civil organizada pudesse canalizar suas demandas e influir nos processos de tomada de decisão em assuntos de interesse coletivo (AVRITZER, 2002).

No que diz respeito aos instrumentos de participação direta, segundo Silva (2009), a Constituição Federal de 1988 criou o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. Em relação à democracia participativa, a criação dos conselhos municipais



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

de gestão e controle de políticas públicas possibilita a participação direta de atores governamentais e não governamentais.

O OP é um mecanismo de gestão democrática das cidades que possibilita a participação da população no ciclo do orçamento municipal. O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2002), Lei 10.257 de 11 junho de 2001, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece que a sociedade civil pode participar da gestão orçamentária.

A experiência do Conselho Popular de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, no período de 1986 a 1988, é um dos marcos da luta pela ampliação da participação popular nas deliberações sobre a gestão do orçamento municipal. Segundo Carvalho e Felgueiras (2000), na gestão do prefeito de Vila Velha, Magno Pires, muitos debates foram realizados naquela cidade objetivando analisar meios para promover controle e participação social sobre o orçamento público, em razão dos movimentos populares que, aos poucos, foram se organizando em forma de conselhos nas lutas em defesa de moradias populares, saneamento básico, creches, saúde, educação, por exemplo.

A experiência de OP, no governo do prefeito Olívio Dutra, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul - RS, em 1988, também contribuiu para divulgar a metodologia de gestão pública participativa, em nível nacional e internacional.

As experiências brasileiras de OPs, assim como algumas internacionais, particularmente da Europa – como, por exemplo, os casos de Bolonha na Itália, Barcelona na Espanha, de Lyon na França – serviram de base para importantes debates que ainda têm despertado interesse em todos aqueles que desejam compreender mais claramente se a metodologia do OP realmente favorece o avanço nas relações entre Estado e sociedade civil nos processos de construção e controle social das políticas públicas (PATEMAN, 1992; SILVA, 2001; COSTA, 2005).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Bulgarelli (2007), entretanto, ressaltou que “há limites para a participação popular na elaboração do orçamento público”. Muitos entraves burocráticos e legais, aliados à crescente descrença na classe política têm desmotivado a participação popular no ciclo de vida do OP.

Nos últimos anos da década de 1990, a metodologia do OP foi implantada em diversos municípios brasileiros. Por exemplo, segundo Teixeira (2003), no período de 1997-2000, 103 cidades passaram a utilizá-la, abrangendo as gestões municipais dos seguintes partidos políticos, na ordem crescente do número de prefeituras: PFL (2); PTB (2); PV (3); PPS (3); PDT (8); PMDB (9); PSB (11); PSDB (13) e PT (52).

Ao desenvolver uma retrospectiva sobre o início do OP no Brasil, Bulgarelli (2007) enfatizou que no ano de 1996 foram implantados OPs em setenta municípios brasileiros. Declarou que, naquela década, foram levadas em consideração as experiências identificadas nas cidades de Porto Alegre, Betim (MG), Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Vila Velha (ES) e Londrina (PR). Destacaram-se as seguintes experiências: Belo Horizonte (MG), na gestão do prefeito Patrus Ananias (PT), iniciada em 1993 e continuada na gestão do prefeito Célio de Castro (PSB), no período de seguinte 1997 a 2000; São Paulo (SP), na gestão de 1989-1992, da prefeita Luíza Erundina (PT); Vitória (ES), na gestão do Prefeito Vitor Buaiz (PT); Vila Velha (ES), na gestão do prefeito Magno Pires, no período de 1986 a 1988; Londrina (PR), na gestão de Luiz Eduardo Cheida (PT), nos anos de 1993 a 1996.

Metodologia

Esta seção contém os procedimentos metodológicos que foram utilizados na investigação. Destaca-se que em razão da necessidade de compreender o “como” e “os porquês” do fenômeno analisado, mediante análises em múltiplas fontes de



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

evidências, foi escolhido o método de estudo de caso, com enfoques descritivo, interpretativo e avaliativo.

Inicialmente, executou-se uma pesquisa exploratória em diversas fontes que versam sobre políticas públicas e orçamento participativo. Em uma segunda etapa da investigação, foi feita uma pesquisa de campo, no Bairro Nossa Senhora Aparecida, com abordagens qualitativa e quantitativa. Entretanto, somente serão apresentados neste trabalho alguns dos resultados de natureza qualitativa.

O Estudo de Caso foi composto pelas seguintes etapas: seleção do caso, definição do processo operacional, condução do estudo de caso, estabelecimento de conexões de dados e informações, descrição e redação final do caso.

Optou-se por uso de técnicas diretas e indiretas. Em relação às técnicas diretas, foram escolhidos de modo intencional 20 moradores para entrevistas semiestruturadas que objetivaram coletar informações preliminares sobre o Bairro NSA. Posteriormente, foram entrevistados 5 ex-prefeitos e o atual Prefeito Municipal de Vitória da Conquista, Guilherme Menezes de Andrade, 9 secretários municipais, 15 colaboradores que compõem a estrutura burocrática de nível intermediário da Prefeitura Municipal, 22 especialistas em políticas públicas, 10 lideranças e 20 estudantes do citado bairro.

No que diz respeito às técnicas indiretas, foram consultados documentos oficiais em arquivos correntes, intermediários e permanentes da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Quanto ao uso de ferramentas computacionais de suporte ao trabalho de campo, fez-se uso do software NVivo 8 Service Pack 4 com vistas a compreender o processo de análise de conteúdo, em pesquisa de natureza qualitativa.

O op em vitória da conquista

A metodologia do OP foi implantada em Vitória da Conquista na primeira gestão do prefeito Guilherme Menezes de Andrade, no período de 1997-2000. De



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

acordo com um informativo publicitário da PMVC, o OP “[...] permite aos cidadãos participar diretamente dos rumos da administração, conhecendo as contas da prefeitura e opinando sobre obras, ações e serviços que devam ser realizados” (PMVC, 2008, p. 15). Em uma das entrevistas com um dos secretários municipais, o Sr. Edvaldo Alves declarou que as experiências do OP das cidades de Santos (SP) e Porto Alegre (RS) foram analisadas antes e durante o processo de implantação do OP em Vitória da Conquista, enquanto nova sistemática de gestão participativa.

Quando assumiu o poder municipal em 1997, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) adotou um conjunto de medidas no sentido de renegociar dívidas e realizar o pagamento de despesas contraídas na gestão anterior. Durante entrevista com o prefeito Guilherme Menezes Andrade, foi constatado que naquele ano não foi possível destinar um volume significativo de recursos financeiros para o OP. A prioridade municipal era sanear as dívidas. Somente no ano de 1998, o poder público municipal pôde destinar um volume mais significativo de recursos financeiros para o OP.

Nos primeiros anos de implantação do OP em Vitória da Conquista, foram estruturadas as primeiras plenárias populares. A cidade foi dividida em três grandes setores: zona rural, zona urbana leste e zona urbana oeste. O poder público convocava a população por meio da imprensa, realizava reuniões com associações de moradores, fazia divulgação em carros de som e em materiais impressos.

O prefeito Guilherme Menezes Andrade afirmou que:

[...] Em um primeiro momento o orçamento participativo foi uma escola para a Prefeitura Municipal e para a sociedade, pois foi possível conhecer melhor a estrutura orçamentária do município. [...] Na minha primeira gestão, o orçamento do município era muito pequeno, cerca de 30 milhões/ano. Com o OP percebeu-se a importância da comunidade escolher prioridades para compor a



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

agenda das políticas públicas e sua efetiva implementação
(ANDRADE, 2012⁴⁹)

Arquitetura do op: estrutura e funcionamento

Em 2012, em entrevista com Coordenador do OP, Sr. Rivaldo Silveira Gusmão, verificou-se que, além das instâncias deliberativas principais, uma Coordenação e uma Gerência de Mobilização Social e Orçamento Participativo faziam parte da estrutura organizacional do OP.

Gusmão (2012) informou ainda que a estrutura formal do OP estava composta por um Conselho do Orçamento Participativo (COP), instância eleita em cada Congresso do OP, constituído por delegados escolhidos nas plenárias temáticas e nas plenárias das zonas urbana e rural. São atribuições do COP: eleger a Executiva do OP - integrada por dez membros titulares - coordenar o Conselho do OP, convocar reuniões entre as plenárias regionais e os fóruns de delegados, intermediar conflitos gerados nas discussões do OP, encaminhar para o Conselho do OP a proposta de política tributária e arrecadação do município, os projetos de Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Relatório de Obras e a Relação de Atividades que poderão integrar o Plano de Investimento do Município.

O COP é composto por uma Executiva, uma Secretaria Executiva, uma Coordenação de Comunicação, Fórum de Representantes, Grupos de Trabalho e uma Comissão de Ética.

Integram o COP conselheiros titulares e seus respectivos suplentes - escolhidos em cada plenária (regional e temática) - e representantes do poder executivo municipal - esses sem direito a voto. O mandato de cada um dos conselheiros tem duração de dois anos.

⁴⁹ Destaca-se que atual prefeito foi Deputado Federal nas legislaturas 2003-2007, 2007-2011. Renunciou ao mandato de Deputado Federal para assumir, em 1º de janeiro de 2009, o cargo de Prefeito Municipal de Vitória da Conquista. Foi eleito prefeito para as gestões de 1997-2000, 2001-2004, 2009-2012 e 2013-2016.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O ciclo do OP de Vitória da Conquista tem início com o planejamento de atividades que serão desenvolvidas durante o ano. A Coordenação do OP desenvolve ações para divulgação do OP, nas zonas rural e urbana. Alexandre Campanha, um dos membros da equipe de especialistas, afirmou que as reuniões com os moradores, nos bairros, geram subsídios para discussões nas plenárias regionais e, posteriormente, nas plenárias temáticas (CAMPANHA, 2008).

Uma dificuldade enfrentada pelo poder público municipal, em 1998, foi o pequeno volume de recursos financeiros destinados ao OP. A prefeitura municipal somente pôde destinar 1 milhão de reais, acontecimento esse que foi motivo de várias discussões nas plenárias locais e zonais. Passados quatro anos da situação relatada, em 2002, a prefeitura municipal deliberou por não vincular um valor fixo para o OP.

No ano de 2011, foi realizado o IX Congresso do OP. Foram envolvidas, aproximadamente, 5700 pessoas, escolhidos 600 delegados, em 37 plenárias.

Acompanhamento do op

As reuniões nos bairros, as rodas de conversas, os eventos públicos para prestação de contas, entre outras, são modalidades de ações para acompanhamento das ações previstas no OP.

Na avaliação de Edvaldo Alves, antes do OP muitas associações de moradores eram “engessadas” ao poder municipal. Havia presença de práticas patrimonialistas e clientelismo nas relações entre as esferas públicas e algumas representações sociais. Com a implantação de 60 conselhos municipais em Vitória da Conquista, buscou-se fortalecer os processos de participação popular na gestão pública (ALVES, 2012).

Ao desenvolver uma análise de participação cidadã no Estado da Bahia, Milani (2006) afirmou que há presença de uma política regional fundamentada na reprodução de um Estado patrimonialista, no qual são muitas as práticas



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

corporativistas e clientelistas, o que não contribuiu para superar as desigualdades sociais e promover justiça social na formulação e operacionalização das políticas públicas.

O OP NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA E A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta Seção descreve como foi o processo de implantação do OP no Bairro NSA e apresenta uma análise da trajetória das políticas públicas ali implantadas a partir do ano de 1999, quando efetivamente surgiram os primeiros resultados mais significativos de atendimento de reivindicações daquele bairro mediante aprovação no Congresso do OP.

O Sr. Irapuan Sampaio da Costa, personalidade que atuou ativamente na construção do Bairro NSA e na história do OP de Vitória da Conquista, declarou que esteve presente nas primeiras reuniões que a prefeitura municipal realizou com membros da Fundação Ford e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o propósito de analisar a viabilidade de implantação do OP no município.

A implantação do OP na cidade, num primeiro momento causou uma surpresa agradável, pois o município começava a discutir o orçamento. Porém o orçamento naquele momento era de 1% a 2% por cento do orçamento municipal. Teve o momento de glória e esperança em 1997-2000. Nos anos seguintes a população foi compreendendo que o OP não poderia atender a todas as demandas (COSTA, 2012).

Um dos fundadores da Associação Conquistense de Integração do Deficiente (ACIDE), entidade na qual exerceu a presidência por três vezes, a vice-presidente por quatro vezes e a diretoria de relações públicas por duas vezes, Irapuan Sampaio da Costa também foi fundador e exerceu a presidência da Associação de Moradores do Bairro NSA por três mandatos e a vice-presidente por duas vezes.

Além disso, por três mandatos, foi o presidente do Conselho Local de Saúde do bairro em questão.

Costa (2012) mostrou-se conhecedor da história do Bairro NSA, resgatando em sua memória informações interessantes sobre a arquitetura organizacional e estrutura de funcionamento do OP na cidade de Vitória da Conquista. Afirmou que cada bairro, em geral, elege, em média, três prioridades para discussão no OP. Posteriormente, as prioridades são apreciadas pelas Plenárias do OP e pelas Comissões de Sistematização e de Orçamento.

Identificou-se que, em média, eram escolhidos 12 delegados para representar o Bairro NSA. Para cada grupo de dez pessoas presentes em uma assembleia específica do OP, o bairro tinha direito a um delegado e um suplente.

Figura 1 – Plenária no Bairro NSA - 1999 - A



Fonte: PMVC (2012) - Arquivo Municipal

Figura 2 – Plenária no Bairro NSA - 1999 - B



Fonte: PMVC (2012) - Arquivo Municipal

Até o Congresso de 2010, o OP tinha as seguintes etapas:

Quadro 1 – Etapas do OP de Vitória da Conquista, Bahia: período de 1997-2010

Etapa	Local de realização	Objetivo
-------	---------------------	----------

Plenária local	Bairro	Escolher os delegados e os suplentes;
Plenária zonal	Microrregião (alguns bairros)	Deliberar sobre questões inerentes às demandas de uma microrregião.
Plenária zonal mais ampla	Zona leste, zona Oeste, zona rural	Deliberar sobre questões inerentes às demandas de uma zona da cidade.
Plenária geral	Um ponto da cidade escolhido pelo poder público (exemplo, uma escola pública)	Realizar o Congresso do OP

Fonte: Autoria própria, 2015.

Considerando as evidências identificadas nas entrevistas com moradores e nas análises de registros documentais, constatou-se uma diminuição na participação dos moradores do Bairro NSA nas reuniões locais sobre o OP. Nos primeiros anos do OP, em média de 250 pessoas participavam das citadas reuniões. Nos período de 2010-2012, esse número caiu para aproximadamente 70 moradores.

As principais conquistas do Bairro NSA no OP foram:

- a) Construção do canal de drenagem de águas da Serra do Periperi.

Figura 2 – Canal de drenagem no trecho do Bairro NSA



Fonte: PMVC (2012) - Arquivo Municipal

b) Pavimentação asfáltica dos trechos que interligam as ruas Santa Rita e Santa Cecília com a BR-116 (Rodovia Rio-Bahia), conforme destaque na cor preta (Figura 3). Realizou-se também a pavimentação em pedra da Rua São Sebastião, destacada na cor marrom.

Figura 3 – Mapa parcial do Bairro NSA e pavimentação de três ruas



Fonte: Google Earth, 2012 - Organizada pelo pesquisador

c) Implantação da Unidade de Saúde da Família (USF).

Figura 4 - Unidade de Saúde da Família – Bairro NSA



Fonte: Autoria própria, 2010

d) Construção e inauguração da Creche (Centro Municipal de Educação Infantil Frei Graciano de Santo Elpídio).

No dia 28 de setembro de 2011, o Prefeito Guilherme Menezes reuniu-se com moradores do Bairro NSA. Compareceram cerca de 300 pessoas, numa Roda de Conversa, que aconteceu no pátio da Escola Nossa Senhora Aparecida. Os moradores ouviram uma prestação de contas da gestão municipal e depois manifestaram suas reivindicações, priorizando a construção de uma Creche e de uma Unidade de Saúde da Família, pois o espaço onde funcionava a Unidade de Saúde era alugado.

Figura 5 – Roda de Conversa no Bairro NSA - A Figura 6 – Roda de Conversa no Bairro NSA - B



Fonte: Blog do Fábio Sena, Setembro, 2011.

Fonte: Blog do Fábio Sena, Setembro,

2011.

No dia 10 de dezembro de 2012, o prefeito Guilherme Menezes Andrade inaugurou a Creche do Bairro NSA. Foram construídas seis salas, berçário, quatro banheiros, cozinha, depósito para merenda, pátio, refeitório e espaços físicos destinados aos serviços administrativos.

Figura 7 – Inauguração da Unidade da Creche construída no Bairro NSA
(Centro Municipal de Educação Infantil Frei Graciano de Santo Elpídio) – Dezembro 2012.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012 (Montagem)

No ano de 2013, o poder público municipal iniciou a construção da Sede da Unidade da Família do Bairro NSA.

CONCLUSÕES

Após as análises das evidências identificadas no Estudo de Caso, constatou-se que a metodologia do OP tem a finalidade de ampliar a participação da sociedade civil na gestão da formulação, execução, controle e avaliação de políticas públicas. Observou-se nos discursos dos gestores públicos e moradores do Bairro NSA a pretensão de promover o alargamento da participação dos cidadãos na gestão do orçamento público municipal, aspiração defendida pela teoria participacionista (ou participativa).

Constatou-se presença de debilidades estruturais na participação daqueles moradores no OP. No período de 1997 a 2012, essa participação diminuiu. As



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

políticas públicas ali implementadas não geraram transformações significativas na infraestrutura daquele espaço urbano. As principais conquistas dos moradores foram: construção do canal de drenagem de águas da Serra Nossa Senhora Aparecida; pavimentação asfáltica dos trechos que interligam as ruas Santa Rita e Santa Cecília com a BR-116 (Rodovia Rio-Bahia); pavimentação em pedra da Rua São Sebastião; implantação da Unidade de Saúde da Família (USF); e construção e inauguração da Creche (Centro Municipal de Educação Infantil Frei Graciano de Santo Elpídio).

O Bairro NSA não dispõe de equipamentos e serviços públicos que sirvam de vetores para gerar significativas transformações sociais, culturais, políticas, econômicas, ou seja, que possibilitem o desenvolvimento de capacidades necessárias para que gerar mudanças estruturais ao invés de conjunturais.

Diante do exposto, é válido afirmar que mudanças devem ser implementadas na metodologia do OP analisado. Caso contrário, não serão geradas participações ativas e qualificadas, o que pode levar a uma reprodução das práticas tradicionais de gestão do orçamento público, nas quais os recursos financeiros destinados ao atendimento das grandes demandas de uma cidade ficam sob responsabilidade de poucas pessoas. Essas práticas têm provocado desigualdade na produção do espaço urbano, resultando em última análise em um alargamento da distância que separa bairros pouco assistidos e muito assistidos, vale dizer, aqueles que têm e os que quase nada possuem.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edvaldo. **Edvaldo Alves**. Depoimento [2012]. Vitória da Conquista, Bahia, 2012. Mídia digital sonora. Entrevista concedida.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

ANDRADE, Guilherme Menezes. **Guilherme Menezes Andrade**: Depoimento [2012]. Vitória da Conquista, Bahia, 2012. Mídia digital sonora. Entrevista concedida.

AVRITZER, Leonardo. **A participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**, 2. ed, Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 80 p.

BULGARELLI, Marcio José. **Poder local, democracia e participação popular**: implantação e desenvolvimento da experiência do orçamento participativo no Município de Maringá (2001-2004). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em História, 2007.

CAMPANHA, Alexssandro. **Alcances do orçamento participativo nos investimentos educacionais realizados pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no período de 2002 a 2007**. 2008. 278f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A., FELGUEIRAS, Débora. **Orçamento participativo no ABC**. São Paulo: Polis, 2000. 80p. (Publicações Polis, 34).

COSTA, Flávia Danyelle Alves da. **Orçamento participativo**: a institucionalização da participação popular no controle do orçamento participativo. O município de Campina Grande - PB. 2005, 173 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, 2005.

COSTA, Irapuan Sampaio. Irapuan Sampaio. Depoimento [2012]. Vitória da Conquista, Bahia, 2012. Mídia digital sonora. Entrevista concedida.

GUSMÃO, Rivaldo Silveira. **Rivaldo Silveira Gusmão**. Depoimento [2012]. Vitória da Conquista, Bahia, 2012. Mídia digital sonora. Entrevista concedida.

MILANI, C. R. S. **Políticas públicas locais e participação na Bahia**: o dilema gestão. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 180-214, jul./dez. 2006.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Secretaria de Administração. Arquivo municipal. **Base documental**. Vitória da Conquista, 2012.

_____. Assessoria de Comunicação. **Informativo Municipal**. Vitória da Conquista, 2008.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **Texto para discussão no. 1378**. Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006. Rio de Janeiro, fevereiro de 2009.

SILVA, Mauro Santos. Orçamento público e controle: uma primeira leitura da experiência do Fórum Popular do orçamento do Rio de Janeiro. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 6., Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, Argentina, 5-9 nov. 2001.